

DECLARAÇÃO DE VOTO PELA PERDA DO MANDATO DO PROFESSOR LUIZINHO O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR

Sr. Presidente, nós repetimos à exaustão que cada caso é um caso. Isso é verdade. Entretanto estamos também dentro de um processo grave, um processo que levou a uma degeneração do sentimento da população em relação à política extremamente grande, marcante na nossa história.

Numa sociedade de massas tudo acaba sendo simplificado. Nós estamos aqui, a julgar o processo contra meu ex-companheiro, uma pessoa a quem prezo, o Deputado Professor Luizinho, dentro daquilo que começou em junho do ano passado, com as denúncias do sócio contrariado do esquema, que acabaram recebendo, pela sua grande capacidade gongórica e retórica, o apelido, a marca de fantasia de “mensalão”.

Então, Deputado Jairo, é evidente que cada caso é um caso, mas todos os casos, até mesmo o do Deputado Chiquinho, cuja representação sequer prosperou aqui, passando pelo do Deputado Sandro Mabel — portanto não há nenhum Conselheiro aqui que votou de maneira única, até hoje —, chegando aos processos de hoje, inclusive o de hoje de manhã, estão dentro desse contexto apelidado de mensalão. E o papel daquele que exerce o mandato ou, na academia, do intelectual, daqueles que têm obrigação de profissão, Deputado Pedro e Deputado Abicalil, de ir além do senso comum, é tentar fazer sínteses.

Então eu queria só, tentando garantir a brevidade, dizer que volta e meia nós precisamos fazer uma síntese do tal do mensalão. E eu diria que esse mensalão — e isso orienta o meu voto, que não tem a pretensão de ser o mais correto, o 44 absoluto, nem muito menos de jogar qualquer pessoa ao fogo do inferno, até porque, insisto, perder o mandato não significa sequer, no Estado democrático em que vivemos, perder a cidadania, perder o direito de votar, o direito de exercer a função pública, cargos comissionados em Governos e em partidos, inclusive — buscando fazer uma síntese, eu procuro entender que o mensalão na verdade é um esquema de financiamento ilegal que acabou por reduzir ainda mais as tênues fronteiras entre o público e o privado. Essa é uma definição mais geral. E ele se traduz em casos que analisamos aqui, na sua concretude, já que há participantes desse esquema que eventualmente podem não ter tido essa vinculação direta, palpável, em moeda sonante, ele se traduz, repito, no recebimento, diretamente ou através de delegados, de interpostas pessoas, mesmo que não sejam assessores — não sei se, no caso do Deputado Brant, aquele que assinou o recebimento via SMP&B era assessor direto dele, mas ele mesmo reconheceu que era uma pessoa que foi a mando dele —, no recebimento de recursos financeiros de qualquer monta. É óbvio, que ninguém está discutindo isso aqui, valores, mas recursos sem contabilidade legal, viabilizados de maneira ilícita através de empresas do lobista Marcos Valério e/ou dos Bancos Rurais e BMG para financiar ações partidárias. O argumento matutino de que aquele dinheiro, de 102 mil reais, foi usado num programa partidário, a meu juízo — isso orientou meu voto —, não minimiza a gravidade da questão. Financiar ações partidárias, na maior parte dos casos, com a parceria do dirigente petista Delúbio Soares. Isso que eu consegui sintetizar como tal do mensalão.

Nesse sentido, eu acompanho, sem nenhuma alegria, Deputado Marco Maia, sem nenhum sorriso, embora eu não vá aqui mudar a minha feição...

Perguntei hoje, de manhã, à Deputada Ângela se aquela presença inusitada do Líder Goldman aqui, de manhã, tinha sido para pedir desculpas a ela pelas grosserias que cometeu em São José dos Campos. Não. Era para fazer a fineza de, na condição, como ele disse, de mera pessoa, defender o seu colega, o Deputado Roberto Brant. Está no

seu direito. Achava apenas que o Relator devia também falar, já que o contexto da intervenção do Deputado Goldman foi contrário ao parecer. E o Relator pode falar em qualquer momento do processo.

Muito bem, o meu entendimento, para acompanhar o voto do Relator, é no sentido de que isso, o recebimento, através de si próprio ou de assessores, desses recursos, ele caracterizou a participação nisso que se apelidou de mensalão. E discordo dos que dizem que o mensalão não existe. Tanto que Roberto Jefferson foi cassado por isso. Não. O relatório do Deputado Jairo — que anda muito esquecido, não o Deputado, o relatório — dizia que havia denúncias genéricas e, portanto, indecorosas ao conjunto de vários partidos, e também que ele declarou que recebeu 4 milhões. Aliás, cadê a Polícia Federal? Cadê a Justiça? Será que o Ministério

Público não está investigando isso? Ele declarou, alto e bom som, que recebeu 4 milhões do “carequinha”, aquelas malas cheias que chegavam lá. Aí, começamos a conhecer o famigerado Marcos Valério.

Muito bem, nós estamos em uma situação que tem conexão com tudo isso, infelizmente, infelizmente. Quando o Deputado Professor Luizinho diz que — está nos autos — recursos, aportes que o seu assessor pedia era com o Delúbio e que dava para falar com o Delúbio e que, de fato, falou... Aí é um pouco além de pedir dinheiro ao partido, que todos nós pedimos. Em geral, os nossos partidos, pelo menos os de Esquerda, não sei se no PFL é assim, falam assim: “Arruma, se vira, faz finanças.” Ora, nós pedimos, sim, dinheiro ao partido. Mas não é o caso. Foi solicitado, a intermediação aconteceu, um dinheiro a um tesoureiro comprometido, à revelia, tenho certeza, da maioria dos petistas, com o esquema criminoso.

Nesse sentido, eu entendo que o Relator — que fez um relatório, sem dúvida, econômico — tocou no ponto central. A Deputada Ann Pontes não fez um voto em separado. Ela, pelo que entendi, concordou com o parecer do Relator. Houve — e aí eu encerro, eu concordo e por isso indico aqui o meu voto —, sem dúvida, intermediação do Parlamentar, ora Representado, no saque, afinal, efetivado pelo seu então assessor, e que isso não acontece, como já foi no caso, inclusive, que eu relatei, de maneira totalmente isenta e à revelia.

Portanto, concordo com o voto do Relator.

Nós aqui, que sempre emolduramos — isso aí é uma preocupação — os nossos comentários de forma ilustrada, ou com Rui Barbosa, ou com Schopenhauer, ou com Dante Alighieri, ou com São Mateus, ou com Kafka e por aí vai, isso é bom...

Eu queria emoldurar uma preocupação que eu tenho, muito grande, que não é com votações mais disputadas, porque os casos são singulares na sua complexidade. E é perfeitamente legítimo que cada Conselheiro manifeste sua posição diferenciada e, às vezes até, no julgamento de outros, contraditória em relação ao voto anterior.

Mas, fico com uma preocupação e essa preocupação é ilustrada e emoldurada por um comentário do Líder do PSDB, hoje pela manhã. Não é aceitável eticamente votar-se aqui de acordo com interesses partidários. Nós, aqui no Conselho, não estamos defendendo programa, projetos e propostas. Não estamos lavando, nem maculando reputações, pois todos têm a sua história de vida. Ninguém por perder o mandato, vai sequer ser processado judicialmente, muito menos preso e condenado, nem se submeter a uma execração pública. Apenas, se o Plenário soberano, que nos guarda grandes surpresas, sobretudo em votações muito divididas... Eu creio que o Professor Luizinho, se o relatório do Deputado Pedro Canedo for aprovado aqui, ele, provavelmente, pelo que eu intuo, vai numa condição menos preocupante até do que o Deputado Romeu Queiroz, que teve um relatório, pela perda de mandato, de forma incontrastável, sem aproximações. Foi um resultado muito forte e que mereceu do Plenário uma contradita inversa e proporcional.

De qualquer maneira, não é aceitável eticamente votarmos de acordo com interesses

partidários. E eu espero que votações futuras, inclusive, de casos igualmente delicados, não comecem a autorizar a opinião pública a achar que os grandes partidos começaram a agir aqui dentro do Conselho, não no diálogo, na argumentação, até na tentativa de convencimento, o que é normal. Agora, quem sabe, vota aberto perante a sociedade cada um dos Conselheiros. Mas como eu vi a forte movimentação da cúpula do PFL com adesão e apoio, de caráter pessoal, afetivo e até sentimental, do PSDB — e o voto da Deputada Ângela, que não é voto do PT, mas de sua consciência; somos nós, nossas circunstâncias e também os nossos partidos — muito unido hoje de manhã, eu fico com a preocupação de que o

Conselho perca essa visão, que é do controle social, da sua autonomia e do julgamento judicioso e irrenunciável de cada Conselheiro.

Hoje de manhã — eu espero ter entendido mal — percebi até, Deputado Thame, que o Deputado Jutahy estava votando, substituindo o Deputado Fruet, que renunciou ao seu mandato aqui no Conselho, apenas naquele processo. Espero que isso não se confirme como está se confirmando, creio eu, agora, porque nós temos um trabalho. Acompanhar um processo não é apenas votar. O voto é um momento

de culminância, de uma análise difícil e dolorosa. A Deputada Ann falou da sua madrugada, examinando os autos e de como ela faz tudo com tão grande dedicação.

Ninguém aqui está brincando ou brigando. Isso aqui não é um ringue de disputa partidária, nem um conclave, um chá das 5 de eruditos da Academia Brasileira de Letras, que têm todo o direito de fazerem isso lá no meu Rio de Janeiro, toda quinta-feira, a essa hora, por sinal. Aqui, não. A gente vem julgar um caso. Sempre é ruim.

Insisto em dizer que temos que pensar, para a próxima Legislatura, um outro modo de analisar esses processos. Talvez por um órgão externo, depois da instrução probatória e da indicação do processo pelo Conselho. Mas, me preocupa, sim, que essa presença e esse interesse crescente das direções partidárias — não só as pressões que o Deputado Pedro disse sofrer, embora ele tenha até amenizado o peso dessas expressões ontem à tarde — essa presença aqui de altos dirigentes partidários não se materialize numa interferência nos votos. Não estou dizendo que alguém está votando aqui dessa maneira. Estou externando uma preocupação que, tenho certeza, é a de todos nós aqui.

Por isso e por outras razões mais concretas da instrução probatória, acompanharei o Relator.